

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/10/2015

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino e Nozinho, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes e Carlos Pimenta. O presidente, deputado Fabiano Tolentino, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a cadeia produtiva da fruticultura no Estado, apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.672/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Emidinho Madeira. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Mariana Gabriela Moreira, coordenadora da Agricultura, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e os Srs. Maxmilian Avelar, superintendente de Desenvolvimento da Produção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, representando Altamir de Araújo Rôso Filho, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Rômulo Luiz Campos, assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, o presidente; Trazilbo José de Paula Júnior, diretor de Operações Técnicas da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, representando o presidente; Wagner dos Santos Fani, coordenador técnico regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, representando o presidente; Jason de Oliveira Duarte, chefe-geral substituto da Embrapa Milho e Sorgo, representando Antônio Álvaro Corsetti Purcino, chefe-geral de Sete Lagoas; José Olímpio Monteiro de Castro, produtor rural, representando o gerente executivo do Distrito de Irrigação de Jaíba; Saulo Bresinski Lage, presidente da Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas – Abanorte – Janaúba, Randolpho Diniz Rabelo, presidente da Associação de Produtores de Limão do Jaíba – Aslim –, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.527 e 1.988/2015, e os Requerimentos nºs 1.847 e 2.433/2015 deixam de serem apreciados por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a

presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Inácio Franco – Nozinho.

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015**

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bosco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a importância da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais para o fomento à economia e ao desenvolvimento do Estado e a discutir e a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Igam, e do Sr. Alessandro Marques, da Secretaria de Estado de Governo, publicados no *Diário do Legislativo* de 19/11/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Alessandra Ferreira da Silva Araújo, presidente em exercício da Associação dos Servidores da Junta Comercial de Minas Gerais – Ajuc –, e os Srs. José Donald Bittencourt Júnior, presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg; Hudson Navarro, vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas –, representando o presidente; Orias Batista Freitas, conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, representando o presidente; Fernando Barbosa Santos Netto, procurador do Estado; e Marcos Araújo de Oliveira, diretor de Integração e Interiorização da Jucemg, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projetos de Lei nº 2.951/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Roberto Andrade). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.188, 3.189, 3.190 e 3.280/2015. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.243/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2015.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Roberto Andrade.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016**

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais, Sargento Rodrigues, Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC) e Rogério Correia (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Marília Campos e os deputados Ivair Nogueira e Iran Barbosa. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Alberto, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º, do art. 132, do Regimento

Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Leonídio Bouças, abdicando da relatoria do Projeto de Lei nº 3.195/2016, e dos autores dos Projetos de Lei nºs 270, 1.664 e 2.222/2015 encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.449, 3.003, 3.130, 3.151, 3.114, 3.134, 3.138 e 3.164/2015 e 3.179, 3.198, 3.209, 3.222, 3.224 e 3.228/2016 (Antônio Jorge); 1.237, 3.110, 3.118, 3.119, 3.124, 3.144, 3.149 e 3.165/2015 e 3.181, 3.182, 3.202 e 3.223/2016 (Bonifácio Mourão); 525, 1.286, 3.120, 3.123, 3.131, 3.141, 3.148 e 3.158/2015 e 3.177, 3.192, 3.206, 3.207 e 3.213/2016 (Cristiano Silveira); 813, 863, 3.113, 3.121, 3.128, 3.137, 3.143, 3.157, 3.159/2015 e 3.178, 3.194, 3.200, 3.214, 3.217, 3.221 e 3.230/2016 (Isauro Calais); 492, 3.042, 3.109, 3.122, 3.127, 3.135, 3.147, 3.153 e 3.166/2015 e 3.173, 3.176, 3.186, 3.199, 3.210, 3.212, 3.216, 3.225, 3.195 e 3.226/2016 (João Alberto); 1.223, 1.328, 3.111, 3.136, 3.150, 3.152, 3.168/2015 e 3.174, 3.175, 3.184, 3.195, 3.208, 3.215, 3.219/2016 (Leonídio Bouças); 1.023, 1.034, 3.117, 3.132, 3.169/2015 e 3.183, 3.189, 3.197, 3.203, 3.211 e 3.229/2016 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.230/2016 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento dos deputados Isauro Calais e João Alberto. Registram-se os votos contrários dos deputados Rogério Correia e Cristiano Silveira. Registra-se a saída do deputado Gustavo Corrêa e a presença do deputado Bonifácio Mourão. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2016 (relator: deputado João Alberto). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro – Bonifácio Mourão – Cristiano Silveira – Isauro Calais.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2016

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino e Emidinho Madeira, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Tadeu Martins Leite e Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 3.601, de 2016, que dispõe sobre as terras devolutas estaduais e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marta Alves Larcher, coordenadora estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG; Izabel Cristina Chiodi de Freitas, secretária adjunta de Estado de Cidades e Integração Regional – Secir; e Alicia Alves Cardoso, diretora de Políticas Agrárias da Fetaemg, representando o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; e os Srs. Neivaldo de Lima Virgílio, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda; Yury Michael Pena Sampaio, advogado da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o presidente; e Sérgio de Freitas Barbosa, oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Rio Pardo de Minas. A presidência concede a palavra aos deputados Tadeu Martins Leite e Roberto Andrade, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta

das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Nozinho.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/11/2016

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Tadeu Martins Leite, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Rogério Correia, Felipe Attiê e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Celise Laviola e Marília Campos e os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Ulysses Gomes, João Magalhães, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer sobre o Ofício do Superior Tribunal de Justiça nº 1/2016, que conclui pela não autorização de abertura de processo contra o governador do Estado, por infração comum, no Superior Tribunal de Justiça. Registram-se os votos contrários dos deputados Felipe Attiê e Bonifácio Mourão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2016.

Tadeu Martins Leite, presidente – Bonifácio Mourão – Luiz Humberto Carneiro – Durval Ângelo.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2017

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Gustavo Santana e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virgínia K. Vieira (2), subsecretária da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (09/3/2017), e do Sr. Marcus Flávio Oliveira, coordenador-geral de suporte técnico e administrativo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (24/3/2017). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.314, 2.014, 2.511/2015 e 3.305/2016, no 1º turno (deputado Antonio Carlos Arantes), 3.117/2015 e 3.601/2016, no 1º turno, 2.032 e 2.220/2015, 3.400, 3.595, 3.608, 3.755 e 3.855/2016, em turno único (deputado Emidinho Madeira), 758/2015, no 1º turno, 1.783, 3.037, 3.054 e 3.063/2015 e 3.681 e 3.766/2016, em turno único (deputado Fabiano Tolentino), 1.120 e 2.874/2015, no 1º turno, 3.682, 3.683, 3.817 e 3.837/2016, em turno único (deputado Gustavo Santana), 2.509/2015, no 1º turno, e 3.783/2016, em turno único (deputado Isauro Calais). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, é aprovado o Requerimento nº 6523/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.711/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Gustavo Santana e Glaycon Franco, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os valores que os cartórios vêm cobrando, a título de emolumentos, sobre o registro de cédulas hipotecárias de áreas rurais, valores que vêm inviabilizando as operações de créditos em diversas regiões do Estado;

nº 7.712/2017, do deputado Nozinho, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itabira para debater a agropecuária como alternativa de diversificação econômica para os municípios mineradores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2017.

Fabiano Tolentino, presidente – Isauro Calais – João Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2017

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Gustavo Santana, Isauro Calais e João Leite (substituindo o deputado Antonio Carlos Arantes, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virginia K. Vieira (3), subsecretária da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (09/3/2017), e do Sr. Caio Barros Cordeiro (3), subsecretário da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (8/12/2016). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.847/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Tadeu Martins Leite, Felipe Attiê e Inácio Franco, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater as melhorias necessárias aos processos de fiscalização e regulamentação dos produtos de origem animal no Estado, além do mapeamento dos lotes irregulares, fornecidos pelas empresas envolvidas na operação Carne Fraca, da Polícia Federal;

nº 7.848/2017, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de Frutal, para debater as questões relativas aos aspectos ambientais no setor agropecuário, levantadas pelos produtores rurais da região, entre elas a concessão de outorgas, a exigência de fossas sépticas, áreas de preservação permanente – APPs – e procedimentos de tramitação de protocolos e requerimentos junto à Supram. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Fabiano Tolentino – Isauro Calais.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2017

Às 13h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Ivair Nogueira e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a

matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o aumento da violência e da criminalidade no Município de Machado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Helena Oliveira Prado, vice-presidente da Câmara Municipal de Andradas, representando o presidente; e Valéria Magalhães da Silva, promotora de justiça; e os Srs. Azencler Gatte Filho, assessor operacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública, representando o secretário de Estado de Segurança Pública; Julbert Ferre de Moraes, prefeito de Machado; Rodrigo Aparecido Lopes, prefeito de Andradas; José Tibúrcio do Prado, prefeito de Paraguaçu; José Antônio de Carvalho, prefeito de Carvalhópolis; Erivelto Angelo Dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Machado; Ten.- Cel. PM Aurecy Argemiro Ferreira, comandante da 164ª Companhia de Polícia Militar, em Machado, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; e Thiago Gomes Ribeiro, delegado regional da Polícia Civil de Alfenas. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Fábio Cherem – João Magalhães.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/12/2017

Às 17h50min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Fábio Cherem e João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A reunião é suspensa por prazo indeterminado. Às 20h53min, a reunião é reaberta com a presença dos deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.749/2016 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública (relator: deputado Gustavo Santana). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, dia 13/12/2017, às 15 horas e 18h30min, para apreciar a matéria publicada e o Projeto de Lei nº 4.559/2017, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Fabiano Tolentino – Gustavo Santana.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/7/2018

Às 16h12min, comparece à Academia Mineira de Letras a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a questão do gênero na linguagem e na literatura. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Paulina Ricardo Chiziane, escritora, contadora de história, conselheira da Presidência da República de Moçambique e ativista política, Iara Félix Pires

Viana, superintendente de Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário, Ayana Omi Amorim de Oliveira, pedagoga e militante da juventude negra, Iris Maria da Costa Amâncio Kamwa, professora do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, diretora da Nandyala Editora e conselheira municipal da Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, Maria Cristina Leão, psicóloga judiciária do TJMG e ativista do Movimento de Mulheres Negras, Ângela Gomes, diretoria do Sinpro Minas e ativista do Movimento Negro Unificado, e Constância Duarte, professora de Letras na Universidade Federal de Minas Gerais; e o Sr. José Sérgio Pereira, poeta, músico, cantor e ator. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2018.

Marília Campos, presidente – João Leite – Cristiano Silveira.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/11/2018

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Glaycon Franco e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do BVC, em virtude de vaga cedida), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.845/2018, dos deputados João Leite, Glaycon Franco e Gustavo Valadares, em que requerem seja realizada audiência pública, para debater os projetos de trens turísticos Belo Horizonte-Inhotim, Cataguases-Além Paraíba-Três Rios (Trem Rio-Minas) e Lavras-Três Corações-Varginha (Expresso do Rei);

nº 12.846/2018, dos deputados João Leite, Glaycon Franco e Gustavo Valadares, em que requerem seja realizada audiência pública para debater com a equipe de transição do governador eleito o desenvolvimento do transporte ferroviário no Estado;

nº 12.847/2018, dos deputados João Leite, Glaycon Franco e Gustavo Valadares, em que requerem seja realizada audiência pública para discutir o relatório final desta comissão;

nº 12.848/2018, dos deputados João Leite, Glaycon Franco e Gustavo Valadares, em que requerem sejam apresentadas emendas ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, para o exercício de 2019, com vistas à criação de ações denominadas Ferrovias Mineiras, com a finalidade de viabilizar investimentos na ampliação da malha ferroviária no Estado, envolvendo negociações com o governo federal, e Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, com a finalidade de desenvolver estudos e modelagens para a implementação, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, de novas linhas do transporte ferroviário urbano de passageiros.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Município de Governador Valadares, realizada em 18/10/2018, que segue publicado após as assinaturas (relator: deputado Bonifácio Mourão). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

João Leite, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Minas

Local visitado: Univale, em Governador Valadares

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 12.777/2018, de autoria do deputado Bonifácio Mourão, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Minas visitou, no dia 18/10/2018, às 14 horas, a Univale, em Governador Valadares, com a finalidade de participar de audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, que discutiu o processo de renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.

Participaram da visita o deputado Bonifácio Mourão, membro da comissão, e a deputada Celise Laviola.

Estiveram ainda presentes os Srs. Jean Mafra, gerente de Projetos Ferroviários da ANTT; André Luiz Coelho Merlo, prefeito de Governador Valadares; Hercílio Coelho Diniz, deputado federal eleito; e André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem, além de diversos representantes da sociedade civil organizada.

Relato

A Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Minas esteve presente na audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres realizada no auditório da Univale, em Governador Valadares. As audiências realizadas pela ANTT são parte do processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias que a autarquia pretende realizar. Os contratos do setor ainda valem por quase 10 anos, mas deverão ser renovados por mais 30 anos, se a proposta for aprovada. Outras duas audiências ocorreram em Minas Gerais, uma em Belo Horizonte e outra em Ipatinga.

A apresentação técnica da proposta de renovação antecipada foi realizada pelo gerente de Projetos Ferroviários da ANTT, Jean Mafra.

Após essa exposição, o prefeito André Luiz Coelho Merlo ressaltou os grandes problemas urbanos que a ferrovia causa a Governador Valadares, pois a linha passa dentro da cidade. Ele reivindicou a retirada da Estrada de Ferro Vitória a Minas da área central da cidade, com o seu deslocamento para o entorno.

Em seguida, o deputado Bonifácio Mourão, representando a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Minas da ALMG, disse concordar que a operação da EFVM causa muitos problemas urbanos em Governador Valadares. Ele demandou que o transporte de cargas da ferrovia seja transferido para outra região, e a linha existente seja aproveitada para deslocamento de passageiros dentro do município. O parlamentar também criticou a proposta de financiamento de projetos ferroviários em outros estados com recursos provenientes da exploração de atividades minerárias em Minas Gerais.

Já a deputada Celise Laviola apontou que os valores envolvidos na negociação não atendem Governador Valadares tampouco os demais municípios mineiros atravessados pela ferrovia.

Por seu turno, André Tenuta, diretor da ONG Trem, questionou se há, de fato, vantagens na renovação das concessões em comparação à realização de novas licitações.

Conclusão

Ao final de sua participação na audiência pública, os deputados não ficaram convencidos da necessidade de antecipação da renovação da concessão da EFVM, criticaram a falta de previsão efetiva de investimentos no Estado e pediram maior prazo para que a proposta seja avaliada com mais rigor.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2018.

Bonifácio Mourão, relator.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/11/2018

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Cláudio do Mundo Novo e Nozinho (substituindo o deputado Antonio Carlos Arantes, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* da Sra. Regina Célia Vianna, moradora de Poços de Caldas, solicitando pagamento dos aposentados em dia, e do Sr. Emanuel Gonçalves, morador de Belo Horizonte, solicitando ajuda dos deputados estaduais para que o débito do Estado com o Condomínio Residencial das Américas seja efetuado em dia, e sejam vendidos os apartamentos de sua propriedade no mesmo local; e ofício do deputado Doutor Wilson Batista encaminhando cópia de ofício recebido da Associação Comercial e Empresarial de Além Paraíba. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Hélio José, primeiro-secretário em exercício do Senado Federal (19/10/2018); e deputado André Quintão, Líder do Bloco Minas Melhor (8/11/2018). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, todas em turno único, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.611 e 4.787/2017 (André Quintão), 2.006/2015, 3.782/2016, 4.067 e 4.164/2017 e 5.204/2018 (Celinho do Sinttrocel), 3.254/2016 (Cláudio do Mundo Novo), 5.028/2018 (Nozinho). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.254/2016, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cláudio do Mundo Novo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 5.158/201 com a Emenda nº 1, votada em separado, e 1.516/2015, 4.067 e 4.164/2017 e 4.955, 4.992, 5.102, 5.122, 5.124, 5.206, 5.212, 5.231, 5.263, 5.283 e 5.308/2018 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 4.611 e 4.787/2017, ambos com a Emenda nº 1, votada em separado, e 4.840/2017 e 5.268 e 5.287/2018 (relator: deputado André Quintão); 5.082/2018 com a Emenda nº 1, votada em separado, e 4.701/2017 e 5.028, 5.080, 5.088, 5.143, 5.148 e 5.281/2018 (relator: deputado Nozinho); 4.891/2017 e 5.166, 5.246 e 5.262/2018 (relator: deputado Coronel Piccinini), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº11.489/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.122, 4.674, 4.885, 4.886, 4.888/2017 e 4.930, 4.974, 5.041, 5.042 e 5.058/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.886/2018, do deputado Isauro Calais, em que requer seja realizada visita ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que seja discutido o impacto, no trabalhador, no aposentado, no idoso e no pensionista das pequenas cidades de Minas, do fechamento de 513 postos dos Correios no País;

nº 11.887/2018, do deputado Isauro Calais, em que requer seja realizada audiência pública para debater a dificuldade e a série de problemas que um eventual fechamento de mais de 500 postos dos Correios ocasionarão para idosos, aposentados e pensionistas nas cidades do Estado;

nº 12.091/2018, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja apresentado projeto de lei para retirar os incentivos fiscais concedidos às multinacionais do petróleo no País por meio da Lei Federal nº 13.586, de 2017, a fim de se assegurar a soberania nacional;

nº 12.092/2018, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pedido de providências com vistas à ampliação da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras como forma de compensar a redução da alíquota de PIS/Confins e a isenção do Cide sobre o óleo diesel;

nº 12.093/2018, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Petrobras pedido de providências para que se amplie a carga de produção de suas refinarias para 100% de sua capacidade;

nº 12.094/2018, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja realizada audiência pública, com a participação do Ministério da Transparência e Controladoria da União, do Tribunal de Contas da União, da Petrobras, de entidades sindicais e da sociedade civil, para apresentação e discussão das prestações de contas da Petrobras relativas aos últimos anos;

nº 12.095/2018, do deputado Doutor Jean Freire e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado ao Presidente da República e à Petrobras pedido de providências com vistas à alteração da atual política de preços de combustíveis, com recuo da política de paridade internacional nos preços dos derivados de petróleo, tendo em vista o interesse coletivo;

nº 12.185/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho pedido de providências para que retire a multa diária, fixada em dois milhões de reais, imposta à Federação Única dos Petroleiros e a cada um dos sindicatos associados pela paralisação da categoria iniciada à zero hora de 30/5/2018, em várias unidades da Petrobras no País;

nº 12.190/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pedido de providências com vistas à rejeição do art. 26 do Projeto de Lei de Conversão nº 12/2018 – aprovado pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 814/2017 –, que altera o art. 46 da Lei Federal nº 12.351, de 2010, reduzindo em 20% a receita da comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União destinada ao Fundo Social do Pré-Sal, retirando, portando, recursos destinados à educação e a outros programas nas áreas de desenvolvimento e combate à pobreza;

nº 12.294/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para apresentação do cronograma de trabalho das instalações do esgoto no Bairro Santa Cruz, no Município de Vespasiano;

nº 12.699/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a situação e o atendimento do Centro de Referência de Assistência Social – Cras –, no Município de Divinolândia;

nº 12.700/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir as condições de trabalho e a regulamentação da profissão de cuidador de idoso.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Cláudio do Mundo Novo – Cabo Júlio.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 27/11/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2015, do deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera o art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 78/2018, do procurador-geral de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.181/2018, do Tribunal de Justiça, que institui auxílio-saúde e auxílio-transporte para os servidores do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.275/2018, do procurador-geral de Justiça, que institui assistência à saúde para os servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.276/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 3.143/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.627 e 11.628/2018, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 774/2015, do deputado Gilberto Abramo, e 5.037/2018, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.364 e 5.366/2018, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Propostas de Ação Legislativa nºs 222 a 301/2018, de iniciativa popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.629/2018, do deputado Duarte Bechir, 11.691/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e 11.692/2018, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.041/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.652/2018, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.618/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.414/2018, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/11/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/11/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 27 de novembro de 2018, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2015, do deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera o art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, do Projeto de Lei Complementar nº 78/2018, do procurador-geral de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, e dos Projetos de Lei nºs 5.181/2018, do Tribunal de Justiça, que institui auxílio-saúde e auxílio-transporte para os servidores do Poder Judiciário do Estado, e 5.275/2018, do procurador-geral de Justiça, que institui assistência à saúde para os servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de novembro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Cássio Soares, Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 27/11/2018, às 10h15min, às 14h30 e às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2018.

Gilberto Abramo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Elismar Prado, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2018, às 11 horas e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 5.103/2018, do deputado Durval Ângelo; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.920/2016, do deputado Rogério Correia, e dos Projetos de Lei nºs 5.276, 5.277 e 5.453/2018, do deputado Bosco; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2018.

Bosco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.276/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 3.143/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 11.627 e 11.628/2018, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados André Quintão, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2018, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, as Propostas de Ação Legislativa nºs 222 a 301/2018, de iniciativa popular.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2018.

Doutor Jean Freire, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 26/11/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Alessandra Machado, padrão VL-47, 4 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 90/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 195/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/12/2018, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.